

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Assistência Social de Orobó/PE assegurar a continuidade das políticas públicas de combate à vulnerabilidade social e de fomento à segurança alimentar e nutricional do Município;

CONSIDERANDO que as Cozinhas Comunitárias integrantes do Programa Bom Prato PE exercem papel essencial na distribuição diária de refeições prontas para a população de baixa renda localizadas no âmbito municipal;

CONSIDERANDO o grave inadimplemento total verificado na execução do Contrato Administrativo nº 014/2025 pela empresa BQS DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ nº 33.613.876/0001-62), que ensejou a instauração do competente Processo Sancionatório e de Intenção de Distrato Unilateral;

CONSIDERANDO que a ausência de fornecimento imediato de embalagens adequadas inviabiliza a entrega das refeições preparadas, gerando risco iminente de desabastecimento alimentar generalizado nas referidas Cozinhas Comunitárias;

Torna-se imperiosa a contratação direta, por via de Dispensa de Licitação por Baixo Valor, de empresa qualificada para fornecimento emergencial/parcelado de marmitas de isopor (750 ml), garantindo o interesse público primário e evitando o perecimento do serviço público essencial enquanto processa-se a rescisão da avença anterior.

2. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de planejamento contida no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021;

A presente contratação direta está perfeitamente alinhada com as metas do Plano Plurianual (PPA) e encontra-se devidamente prevista nas dotações orçamentárias geridas pelo Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2026, vinculada à manutenção das ações de proteção social especial e básica.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Especificação Técnica: O objeto consiste na aquisição parcelada de marmitas de isopor, formato redondo, com capacidade interna útil mínima de 750 ml, adequadas para contato direto com alimentos aquecidos, livres de imperfeições estruturais (furos, rasgos ou trincas) e acondicionadas em pacotes lacrados de fábrica contendo exatamente 100 unidades.

3.2. Prazo e Local de Entrega: Os insumos deverão ser entregues de forma parcelada, na sede da Cozinha Comunitária Maria Francisca da Silva (ou em outro endereço indicado formalmente pelo órgão gestor), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da correspondente Ordem de Fornecimento.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PRAZO DE TRANSIÇÃO

CONSIDERANDO que a Administração deve restringir a contratação direta estritamente ao quantitativo indispensável para afastar o risco de paralisação do serviço até a nova licitação;

O quantitativo estimado foi fixado em 160 (cento e sessenta) pacotes de marmitas (16.000 unidades totais), volume calculado com base no consumo histórico das cozinhas comunitárias projetado para um período estimado de transição e instrução processual de até 6 (seis) meses.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E ECONOMICIDADE

CONSIDERANDO que a busca pela proposta mais vantajosa é princípio basilar mesmo nos procedimentos de contratação direta (art. 5º da Lei nº 14.133/2021);

A estimativa de custos foi obtida por meio de pesquisa de preços realizada com fornecedores da região e parâmetros do Banco de Preços, fixando o valor médio referencial de mercado em R\$ 59,63 (cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos) por pacote.

Item	Descrição Técnico-Operacional	Quant.	Unidade	V. Unit.	V. Total
1	Marmitas de isopor, redonda, 750 ml, pacotes com 100 unidades cada, com tampa inclusa, material virgem e atóxico.	160	Pacotes	R\$ 59,63	R\$ 9.540,80

Valor Total do ETP: R\$ 9.540,80 (nove mil quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).

6. JUSTIFICATIVA LEGAL PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

CONSIDERANDO que o valor total estimado para a contratação perfaz o montante exato de R\$ 9.540,80 (nove mil quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos);

CONSIDERANDO que o limite legal vigente estabelecido para dispensa de licitação de bens comuns e serviços que não sejam de engenharia, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto Federal nº 12.279/2025 para o exercício de 2026, encontra-se fixado em R\$ 61.354,72 (sessenta e um mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos);

O presente procedimento enquadra-se perfeitamente nas disposições contidas no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, dispensando-se a realização de certame licitatório clássico em face do princípio da eficiência e economicidade administrativa.

7. CONCLUSÃO DE VIABILIDADE

CONSIDERANDO o preenchimento de todos os requisitos regulamentares, a iminência de distrato culposo da fornecedora antecedente e o risco de dano reverso à população desamparada pelas cozinhas comunitárias;

Este setor técnico emite parecer conclusivo no sentido da TOTAL VIABILIDADE técnica, administrativa e jurídica da contratação direta por dispensa de licitação do objeto em voga, recomendando o imediato prosseguimento para confecção do Termo de Referência e autorização da despesa pelo Gestor do Fundo.

Orobó/PE, 08 de junho de 2026.

Wívian Kelly de Souza e Silva
Responsável pela elaboração do ETP